



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA - DISTRITO FEDERAL
GABINETE DE PROCURADOR DA REPÚBLICA**

Referência: IC nº 1.16.000.000196/2023-11

Trata-se de inquérito civil instaurado para apurar possíveis ações e omissões de agentes públicos que possam ter contribuído para a ocorrência dos atos criminosos de invasão e depredação da sede dos três Poderes da República em Brasília/DF, ocorridos no dia 08/01/2023, que possam importar em atos de improbidade administrativa em prejuízo a interesses e bens da União.

O feito foi detalhadamente relatado por meio do [despacho de etiqueta PR-DF-00012135/2023](#).

Por meio do referido despacho, foi determinada a realização das seguintes diligências complementares:

i) A oitiva:

i.1) Do então chefe do Departamento de Operações da Polícia Militar do Distrito Federal Jorge Eduardo Naime, que estava licenciado dia 8/1;

i.2) Do coronel Klepter Rosa Gonçalves, atual comandante-geral da Polícia Militar, e então subcomandante-geral da polícia militar no dia 8/1;

i.3) Do então comandante-geral da Polícia Militar coronel Fábio Augusto;

i.4) Do então secretário adjunto de segurança pública do DF

517260820

Fernando de Souza Oliveira;

i.5) Do então secretário de segurança pública do DF
Anderson Torres;

i.6) Do governador afastado do Distrito Federal Ibaneis
Rocha;

ii) Solicitar ao governo do Distrito Federal o encaminhamento do relatório final feito pelo então interventor federal Ricardo Capelli acerca dos acontecimentos do dia 08/01/2023;

iii) O contato com o servidor do GSI apontado no ofício de etiqueta PGR- 00032029/2023, para fins de obtenção e armazenamento das imagens das câmeras de segurança do Palácio do Planalto e anexos;

iv) Solicitar resposta do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República ao ofício de etiqueta PR-DF-00008419/2023;

v) Solicitar resposta da Procuradoria de Justiça Militar em Brasília ao ofício de etiqueta PR-DF-00009525/2023;

vi) Expedir ofício à Delegacia Geral da Polícia Civil do Distrito Federal requerendo o envio de cópia de eventuais procedimentos investigatórios instaurados para apurar a conduta ativa ou passiva de policiais civis do DF relativa à condução das invasões à sede dos três poderes da República, ocorridas no dia 08/01/2023;

I- Das oitivas realizadas:

I.1- Em relação às oitivas de JORGE EDUARDO NAIME e de ANDERSON TORRES, presos por ordem do STF, registra-se que não foi possível realizá-las, visto que encontram-se no aguardo o envio pela PGR do encaminhamento do pedido ao Ministro Alexandre de Moraes ([PR-DF-00017641/2023](#) e [PR-DF-00017649/2023](#)).

I.2- A oitiva do coronel KLEPTER ROSA GONÇALVES ocorreu no dia

28/02/2023, às 16 h, conforme [documento de etiqueta PR-DF-00020185/2023](#), em que:

Informou que, como Subcomandante-Geral da PMDF, tinha responsabilidades assessorar o Comandante-Geral e coordenar as rotinas gerenciais de interesse da Governança, principalmente quando envolvia mais de uma área (geralmente a maior demanda envolve a logística, saúde e de Pessoal da Corporação). Que as demandas operacionais são direcionadas e desenvolvidas diretamente pela estrutura do DOP. Que, em algumas oportunidades, a depender do caso, nas demandas por operação em que o DOP precisa de apoio de efetivo de outros Departamentos, este elabora o planejamento e o Subcomandante-Geral apenas valida o apoio dos demais departamentos (logística, saúde, ensino e gestão de pessoal). Que recebeu, salvo engano na quarta-feira, as primeiras informações acerca das manifestações que ocorreram no fim de semana de 08 de janeiro de 2023, por parte do Tenente coronel Waldicharbel Gomes Moreira, do Centro de Inteligência, o qual informou que não tinha maiores detalhes e que, até aquele momento, não havia grande engajamento. Que, na sexta-feira pela manhã, dia 06 de janeiro de 2023, houve reunião do Alto Comando da PMDF - colegiado composto pelo Comandante-Geral (então, o coronel Fábio Augusto); seu substituto (na ocasião, o próprio depoente); e outros 11 Coronéis da Instituição. E, na oportunidade da reunião, o coronel Paulo José (então responsável pelo DOP - Departamento de Operações) relatou sobre os eventos previstos para o fim de semana, tendo obtido a resposta de que tudo estava organizado, que o CEL Casimiro participaria de uma reunião na SSP para tratar da manifestação prevista na Esplanada no final de semana e que desta reunião o DOP e o 1º CPR fariam a previsão necessária para o policiamento. O TC Waldicharbel do CI relatou aos presentes que continuavam sem informações a respeito do movimento, o que indicaria que não teria grande adesão e que o acampamento no QG do Exército estava diminuindo consideravelmente, o que levava a crer que o evento seria tranquilo. Esclareceu que o Departamento de Operações e sua estrutura é responsável pela organização para eventos da referida natureza. Quando o DOP utiliza todo seu efetivo e estrutura e ainda precisa de mais recursos, havendo necessidade de emprego de efetivo de outros Departamentos (Complexo Administrativo), o DOP faz tal pedido ao Subcomandante-Geral que deixa pré-autorizado o acionamento destes pelo DOP. Que, na manhã de sábado, após notar no grupo de comunicação por aplicativo do Centro de Inteligência a informação de que alguns ônibus chegaram ao QG do Exército, conversou novamente com o coronel Paulo José e indagou se estava ciente do aumento de manifestantes, como também se o DOP estava dimensionando o efetivo para atender a demanda no sábado, domingo e na segunda, inclusive para o período noturno. O CEL Paulo José afirmou que estava tudo organizado e que inclusive o Departamento de Ensino (DEC) teria disponibilizado parte do

efetivo dos alunos do Curso de Formação de Praças, além das tropas da estrutura do DOP, inclusive efetivo de serviço voluntário gratificado (SVG) remanejado para a Esplanada, além de tropas do Comando de Policiamento de Missões Especiais e do Comando de Policiamento de Trânsito.

Relatou que tomou a iniciativa de ligar para o Departamento de Ensino (DEC) e determinar que colocassem a maior quantidade possível de efetivo em apoio ao DOP, bem como que o Chefe do DEC entrasse em contato com o CEL Paulo José para acertar os detalhes de efetivo, apresentação, horários, etc. Tal medida, segundo informado pelo DEC e pelo DOP, colocou em torno de mais 200 policiais militares empregados no evento do dia 08 de janeiro.

Que ainda no sábado também conversou com o CEL Casimiro, Comandante do 1 CPR, o qual informou que o policiamento estava acertado com o DOP tanto para o sábado a noite quanto para o domingo. O CEL Casimiro alegou que o 1 CPR já passava por esta situação dos manifestantes do QG há três meses, que seus Oficiais eram bons e sabiam o que fazer e que se fosse preciso ele mesmo iria para o terreno com os Comandantes de Batalhão. O CEL Casimiro, ainda, disse que não tinha confirmação se os manifestantes desceriam realmente para a Esplanada ou qual o horário desceriam, mas que manteriam policiamento na Esplanada o tempo todo. Acrescentou que conversou, também no sábado, com o então Comandante-Geral CEL Fábio Augusto e que, em razão de sua decisão, foi colocado todo o efetivo da PMDF de sobreaviso, podendo ser acionado pelo Departamento de Operações caso necessitasse de reforço no policiamento para a partir das 07h do domingo.

Contou que, no domingo pela manhã, conversou com o coronel Paulo José e recebeu a informação de que estava tudo em ordem. Que ainda não havia confirmação se desceriam para a Esplanada, nem que horário isso aconteceria. Que perguntou ao coronel Paulo José se o Comandante-Geral, CEL Fábio Augusto, estava no local, tendo o mesmo respondido que sim, que inclusive teria orientado a aumentar o efetivo e que ele acionaria mais duas companhias de Comandos Regionais para o local.

Que entre 14h30 e 15 h teve notícia da marcha e invasão do Congresso Nacional por manifestantes. Após ligar para o CEL Fábio Augusto, convocou todo o efetivo da PMDF para se apresentar imediatamente e ser empregado na Esplanada. De imediato, se deslocou para a Academia de Polícia Militar, ponto de encontro determinado, com a finalidade de se preparar e organizar as tropas para a Esplanada. No entanto, por determinação do Secretário de Segurança, repassada pelo perito Carrara, deslocou-se para a SSP onde passou a integrar a reunião que ocorria no gabinete de crise da Secretaria de Segurança. Naquela reunião, o Secretário-Executivo da SSP (que, então,

respondia pela pasta) orientou que todas as pessoas que tivessem rompido as linhas de contenção e invadido os prédios deveriam ser presas. Que, na noite do domingo, 08 de janeiro, esteve na via N/1, próximo a entrada para QG do Exército, tendo tomado conhecimento de que o General Dutra, Comandante Militar do Planalto, solicitou ao Sr. Ricardo Capelli, Interventor na SSF/DF, para não desmobilizar o acampamento naquela noite, que o fizessem na manhã seguinte. Que houve reunião entre o General e outras autoridades militares e da Segurança Pública, mas desta reunião não participou. Esclareceu que, como Subcomandante-Geral, se reportava, sempre, ao seu superior na Instituição. Que como Comandante-Geral se reporta ao Secretário de Segurança. E que não há, em regra, contato direto com o Governador do DF.

I.3- No depoimento do então comandante-geral da Polícia Militar coronel FÁBIO AUGUSTO, colhido no dia 1º/3/2023, a partir das 14h00, foi dito, em suma, que ([certidão de etiqueta PR-DF-00019139/2023](#)):

Que na época dos fatos era o comandante-geral da Polícia Militar, sendo, portanto, o gestor estratégico e político da corporação. Que exerce a função desde 1º/4/2022, e comandou diversas operações de sucesso, como o 1º e 2º turnos das eleições e o 7 de setembro.

Que a PM fazia o monitoramento dos acampamentos, porém, por ser área militar, era de responsabilidade do exército. O exército dizia que tudo estava sob controle e que não precisaria fazer retirada de carros e barracas dos acampamentos.

Foram feitas tratativas com o comando militar do planalto para retirar os manifestantes do acampamento, e ficou estabelecido que no dia 29/12/2022, a partir das 6 h, seria iniciada a operação de retirada. O declarante foi pessoalmente no local para acompanhar a operação. Cerca de 500 homens foram mobilizados de todas as unidades da PM, incluindo cavalaria, bope, bpchoque, rotam, grupo tático operacionais, pois a ideia era desmobilizar o acampamento, pois não tinha condições de continuar desde o dia 12/12/2022, quando houve tentativa de invasão da sede da PF.

Ficou combinado com o exército brasileiro, através do general Dutra, que o Exército seria o responsável pela operação, pois era uma área de administração militar. Ocorre que o general do Exército entendeu que o emprego daquele efetivo da PM poderia trazer algum risco para as pessoas que estavam lá e decidiu continuar a operação de desmobilização do acampamento apenas com o exército e o DF Legal. Então não foi possível realizar a

desmobilização, pois sem a PM, o DF Legal recuou.

Depois do dia 12/12/2022 o acampamento reduziu bastante o número de manifestantes. No sábado, 7/1/2023, véspera das invasões, tinham cerca de 300 pessoas. Acredita que no auge do acampamento, em novembro de 2022, havia cerca de 5000/6000 pessoas o habitando.

Acredita que a não desmobilização do acampamento foi um dos fatores que ocasionou os fatos do dia 08/01/2023.

Não foi detectado, nem com a informação de inteligência, de que havia armamento no acampamento.

No dia da posse, o comandante da operação era o coronel Naime, chefe do DOP, junto com o coronel Casimiro, comandante do 1º CPR.

O chefe do DOP é o responsável por todo o policiamento. O 1º CPR possui 6 batalhões subordinados a ele. O comandante do 1º CPR é quem está mais ligado à execução do planejamento.

O chefe do DOP faz a coordenação, por exemplo, retirar um efetivo de um lugar, remanejar, reforçar.

O declarante, na condição de comandante-geral da PM, não é o comandante da operação, ele acompanha de longe e motiva o policiamento. Não é papel do comandante-geral permanecer o tempo todo no “terreno”, pois em determinado momento ele pode sair para resolver uma questão estratégica.

Na manhã de sexta-feira, 6/1/2023, o declarante ficou sabendo pela coronel Cintia, da possível manifestação que ocorreria no fim de semana que se seguia. O declarante ficou sabendo pelo chefe do DOP em exercício, coronel Paulo José, de que o coronel Casimiro e o major Flávio estariam na reunião com a SSP, e que tinha sido repassado que o ânimo da manifestação era pacífico e que teria baixa adesão.

Outro problema que o declarante identifica no dia é que o posicionamento dos gradis estava errado.

No momento da invasão, quando já estava no embate, quando recebeu uma ligação do secretário, mas não foi possível ouvir, porém o declarante disse que se comprometeria a restituir os prédios, restabelecer a ordem e efetuar prisões.

Outra coisa que não houve foi reunião da secretaria com o chefe de segurança, nem de emergência; não foi feito o protocolo tático integrado publicado pelo secretário de segurança; a célula integrada de inteligência permaneceu remota e só foi acionada presencialmente a partir do momento em que houve o

rompimento das linhas, o que é um problema, pois essa célula é que traz as informações para mudar o planejamento.

A PM sofre um dilema, pois antigamente eles faziam a repressão e depois sofriam abuso de autoridade. Além disso, segundo um recurso extraordinário do STF, nem precisa de comunicação da realização manifestação, basta circular a informação nas mídias que é dado como suficiente para organizar o policiamento.

Para esse movimento do dia 8/1 não havia uma liderança, surgiram convocações nas redes sociais sobre a ida de ônibus para Brasília.

A autorização para fretamento de ônibus é da ANTT e a fiscalização das rodovias é da PRF.

Na sexta-feira o subcomandante geral, o comandante do DOP e o coronel Casimiro disseram que estava tudo providenciado para as manifestações que ocorreriam no fim de semana.

O aumento de ônibus que chegaram foi maior de sábado para domingo.

As informações de inteligência era sempre de que os ânimos eram pacíficos.

Outro problema que o declarante aponta é a mudança de muita gente na secretaria a partir do dia 2/1/2023, o que afeta o fluxo da informação. Se a PM não é demandada pressupõe-se que tudo está indo bem.

Até o dia 1º/1, o subsecretário de inteligência era o Dr. George, que sempre fazia um relatório com as informações de inteligências, as hipóteses e as conclusões e difundia-o, chegando ao conhecimento do declarante. Após o dia 1º quem assumiu a função era Marília, que não seguia esse procedimento adotado pelo Dr. George.

As informações de inteligência sobre depredação não foram divulgadas nem para as agências que pertencem ao sistema integrado de inteligência. Foram divulgadas em grupo de whatsapp, não foi da forma que ocorria antes.

Assim, a inteligência tinha informação de que os ânimos eram pacíficos.

No sábado a tarde, o declarante recebeu ligação do chefe da casa civil, Dr. Gustavo Rocha, que falou da preocupação do governo federal com os atos do dia 8. O declarante disse que pediria ao DOP um reforço do efetivo e que fossem empregadas as especializadas de forma massiva.

Assim, o declarante pediu o reforço ao coronel Paulo José e ao coronel Casimiro.

O declarante não tinha uma interação grande com o secretário Anderson Torres. Ele só teve uma reunião anterior aos fatos com o secretário na terça-feira, que durou cerca de 10 a 15 minutos.

O governador, ao longo do mandato, sempre demonstrou preocupação com essas manifestações, não queria que os manifestantes ocupassem a esplanada.

No domingo o declarante chegou na esplanada por volta de 8:30/9 h e descobriu que o comandante da operação era o major Flávio Alencar. O major disse que estava tudo tranquilo.

Encontrou a coronel Cintia e outras pessoas, cumprimentou os policiais. O número de manifestantes era baixíssimo nesse horário.

O gradil chamou a atenção do declarante, pois só tinha o gradil duplo sem barramento. O gradil geralmente é de responsabilidade do Congresso e às vezes do GSI.

O declarante também observou, junto com o seu ajudante de ordem, capitão Josiel, que o comando móvel não estava lá. O declarante ligou para o coronel Adão e o coronel Resende, que informaram que havia algum problema com internet e que não foi encontrado motorista, e o comando móvel não chegou.

O declarante também verificou que não foi solicitada água e refeição para a tropa, e o coronel Resende informou que o DOP não tinha feito provisão e que precisaria de 48 horas para acionar. Posteriormente a SSP conseguiu água com a Caesb e a PM também conseguiu.

Viu também que a tropa não estava com exoesqueleto. O major Flávio e o coronel Paulo José informaram que não estava previsto, e o declarante então falou que era para mandar buscar.

O declarante acreditava que o DOP tinha feito o plano de operações/ordem de operações, porém, após os fatos e com a divulgação do relatório do interventor, ele descobriu que não foi feito. O DOP é quem faz o quantitativo de efetivo a ser empregado nas operações. Essa atribuição também poderia ter sido delegada para o 1º CPR, o declarante não tem essa informação.

Quando o declarante ia verificando as falhas, ele cobrava o coronel Paulo José, que era o comandante do DOP em exercício, para ir ligando e acionando rapidamente.

Depois dos fatos, o declarante tomou ciência que a cavalaria não

estava escalada.

Quando viu as falhas, o comandante ligou diretamente para o comandante das especializadas para acioná-las, por isso elas chegaram cerca de 15:30 h, se não elas chegariam perto de 10 da noite.

Quando os manifestantes começaram a descer, o declarante se posicionou na linha do Congresso. Ele teve a sensação que quando os manifestantes chegaram na linha do Congresso é que foi dado o comando para a invasão, e 10 a 15 pessoas puxaram o gradil de uma vez, e como não tinha barramento, foram derrubados.

O declarante foi em direção à chapelaria, entrou no combate contra os manifestantes e em determinado momento foi atingido por um cone na cabeça.

Quando ele ingressou no Congresso ele percebeu que os policiais legislativos estavam com o efetivo de segurança reduzido. Não tinha a linha de choque dos policiais legislativos atrás. Quando o declarante entrou no Congresso ele viu 3 servidores de lá. Os 3 juntos com o declarante tentaram impedir a invasão do plenário.

Neste momento é que o declarante recebeu a ligação do secretário Anderson Torres, mas não foi possível ouvir, por conta do barulho. A vice-governadora Celina Leão também ligou para o declarante pedindo para fazer contato com a polícia legislativa. O Gustavo Rocha também ligou.

O declarante falou com o comandante do choque, major Pacheco, para que ele fosse até o Congresso, porém ele não chegou. O declarante junto com o policial legislativo Paul ficaram aguardando para que o choque pudesse entrar pelo anexo 2.

Nesse momento já havia chegado mais efetivo da PM no Congresso e o declarante foi até o STF para buscar o Choque.

Quando ele chegou ele viu o STF tomado e começou a entrar em confronto com os invasores.

O efetivo da polícia judiciária também era muito pequeno.

Depois chegou o COT da PF com munição química, que conseguiu auxiliar na retirada das pessoas.

O declarante conseguiu localizar o major Pacheco e eles foram junto com o Choque para a Câmara pelo anexo 2, quando começam a fazer desocupação de dentro pra fora.

O declarante não foi ao Planalto pois imaginou que o GSI teria pelo menos 1000 homens do exército, mas não tinha. Todas as

pessoas que ele conversou depois disseram que não tinham reforçado o pessoal diante das informações que tinham de *animus* pacífico dos manifestantes. Porém para movimentar uma tropa do exército é mais rápido do que da PM.

Depois de esvaziarem os prédios foi feita a varredura dos manifestantes em linha. O declarante determinou um efetivo para refazer os gradis para impedir novas invasões.

A intenção era encurralar os manifestantes no buraco do Tatuí e prender todo mundo, porém não teve jeito, pois eles desceram pelos buracos. Foram subindo até chegar no SMU, onde então seriam realizadas as prisões. O interventor federal tinha entrado em contato com o declarante determinando a realização das prisões.

Ficou acordado de encontrar o declarante com o general Dutra e o interventor na Rainha da Paz. Quando o declarante chegou o general estava conversando com o presidente Lula. Quando terminou a ligação o general informou que acertou com o presidente Lula que a operação não ocorreria naquele dia. O interventor não gostou e disse que a operação teria que ocorrer naquele dia. Foi marcada uma reunião com o general Arruda, o general Dutra, o interventor e um outro general 4 estrelas.

Quando o declarante chegou, havia uma linha do exército para não permitir a entrada da PM na área militar.

Na reunião foi falado que o presidente Lula não queria a prisão naquele momento e então o interventor ligou para o ministro da Justiça, e ficou acordado que seria feita outra reunião com o ministro da justiça, ministro da defesa, comandante do exército e o comandante militar do planalto. Esta reunião ocorreu 20-30 minutos depois em uma sala separada.

Após a reunião o declarante foi atrás do interventor para saber a posição, e o interventor entrou no carro do ministro da justiça e falou para o declarante aguardar que entraria em contato.

Depois o general Dutra informou ao declarante que cercariam a área e, no dia seguinte, às 6 h iria ser feita a operação para desmobilização e prisão pela PM.

A responsabilidade pela contenção das pessoas até o dia seguinte ficou por conta do exército.

No dia seguinte ocorreram as prisões, tendo sido levados manifestantes em 52 ônibus ao todo. Depois o declarante foi exonerado do cargo.

No outro dia o declarante foi preso, em casa, por ordem do ministro Alexandre de Moraes. Foram apreendidos computador e

celular, o declarante passou a senha.

Houve uma comoção por parte dos outros policiais, pois eles viram o declarante atuando no dia.

Deixou consignado que da parte dele não houve nenhuma omissão, nenhuma tentativa de facilitação, tanto que esteve atuando no terreno desde o início, procurando corrigir eventuais falhas que encontrou, que não tinha conhecimento de que não havia sido feito planejamento depois da reunião da SOP. Dentro das atribuições dele de comandante-geral ele fez o possível, mobilizou a tropa. Ressaltou que não presenciou nenhum policial militar que tenha omitido ou resistido a cumprir determinada ordem.

I.4- No depoimento do então secretário adjunto de segurança pública do DF FERNANDO DE SOUZA OLIVEIRA, ocorrido no dia 1º/3/2023, foi dito que (certidão de etiqueta [PR-DF-00019150/2023](#)):

Na época dos fatos era secretário-executivo de segurança pública, que tem por função auxiliar as políticas pública da secretaria, integrar as forças policiais e substituir, nos impedimentos legais e afastamentos, o secretário de segurança pública.

No dia 8 o secretário Anderson ainda era o titular da pasta em razão das suas férias só começarem no dia 9/1. No dia 9 o declarante assumiria formalmente a secretaria, então no dia 8 ele estava em uma substituição eventual, tanto que se reportava constantemente no sábado e domingo ao secretário, que estava em viagem particular.

O primeiro contato do declarante com o governador Ibaneis foi no sábado, por um pedido do secretário Anderson Torres, para tratar sobre as manifestações. Até então o declarante não tinha contato com ninguém, não conhecia o governador e nem nenhum comandante, ele tinha tomado posse na terça-feira e começou a trabalhar quarta-feira.

Ele tinha o cronograma de conhecer 2 subsecretarias por dia, ele tinha o total de 6 subsecretarias sob sua responsabilidade.

Quinta-feira chegou notícia da manifestação. Na quinta-feira ele se reuniu com a coronel Cíntia, que é a subsecretária de operações. Ela explicou que tinha conduzido várias manifestações com êxito. Ela apresentou ao declarante como funcionava o protocolo de ações integradas.

O nível operacional do protocolo é feito por cada órgão de segurança, incluindo o quantitativo a ser empregado, que, no caso da PM, é feito pelo DOP.

Na sexta, às 10 h, houve uma reunião do declarante com a coronel Cíntia, o secretário Anderson e o general Dutra, para tratar da desocupação do QG. O secretário Anderson colocou a secretária à disposição para poder fazer a desocupação a qualquer momento, pois a PMDF já tinha tentado desocupar por 3 vezes anteriormente, e por motivos alheios às forças de segurança do DF não tinha ocorrido. O general Dutra ficou por conta de ver uma data melhor para desocupar.

Ao fim dessa reunião tinha outra reunião referente ao planejamento de operações integradas com os órgãos de segurança para planejarem os dias 7, 8 e 9. Tinha polícia legislativa, PM, PC, Detran, bombeiro, DF Legal, dentre outras. O declarante e a coronel Cíntia foram para a reunião. O secretário não foi para essa reunião.

Quando chegaram já tinham sido discutidas as ações de cada instituição. Todos já saíram da reunião com suas atribuições definidas.

Havia notícias de que poderia ser violenta a manifestação.

O PAI foi aprovado pelo secretário.

Na quarta-feira ou quinta-feira havia sido criado um grupo chamado “Difusão” e outro “Perímetro” composto por inteligência de várias forças de inteligência que faziam o monitoramento in loco. Eles enviavam mensagem em tempo real.

Na madrugada de sexta para sábado chegaram poucos ônibus.

Sábado de manhã a movimentação continuava muito baixa.

No sábado à tarde ele entrou em contato com o governador Ibaneis a pedido do secretário Anderson. O declarante disse ao governador que estava fazendo o monitoramento da situação. O governador informou sobre uma reunião com os focais do Ministério da Justiça para tratar sobre as manifestações. O declarante, junto com a coronel Cíntia, foram na reunião para apresentar a operação. O Ministério da Justiça também estava preocupado. Participaram da reunião o Dr. Andrey, diretor-geral a PF e outras pessoas da PF. Colocaram à disposição a Força Nacional. Na reunião o declarante mostrou as ações que seriam adotadas. Os policiais da Força Nacional foram alocados na sede do Ministério da Justiça e da PF.

Na noite de sábado o declarante reportou ao governador que o Ministério da Justiça se colocou à disposição e que ele não queria a descida de ônibus, o que já estava determinado no plano original. **O governador solicitou que fossem repassados 4 relatórios diários para ele.** Essas informações foram repassadas

ao secretário Anderson.

O declarante continuou monitorando, por volta de 23:30 h do sábado ele estava conversando com os comandantes para saber sobre a situação nos grupos e todos respondendo que estava tudo certo.

No domingo pela manhã ele volta a monitorar e todos respondendo que estava tudo certo. A coronel Cíntia informou que havia um efetivo maior do que o habitual, o que passou tranquilidade ao declarante. Diante dessas informações o declarante informou na parte da manhã ao governador de que estava tudo tranquilo.

Às 13:23 h ele informou novamente ao governador que o ambiente estava tranquilo, que os manifestantes tinham se reunido com a PM no QG. A esplanada estava vazia e o declarante tinha recebido o informe de que o clima estava tranquilo, que a caminhada era pacífica. Já estava previsto no PAI a descida com escolta, para viabilizar a continuidade do trânsito, o não atropelamento de pessoas, evitar depredação e violência.

Quando houve o rompimento da barreira do Congresso o declarante se deslocou para frente do Itamaraty e começou a acionar as autoridades. O comandante Fábio estava tentando contornar a situação, a PM tentando repor a linha.

A partir daí o declarante tomou a decisão de instaurar o gabinete de crise e recrutar todas as tropas e todos os policiais, acionar todas as tropas de sobreaviso, para se deslocarem para a esplanada para fechar do Congresso para trás, onde estava o Planalto e o STF. Quando determinou a instauração do gabinete de crise ele estava se dirigindo à secretaria de segurança, e se reuniu com o subcomandante geral da PM, coronel Klepter, o diretor da polícia civil e a comandante dos bombeiros, para acionarem as tropas.

O declarante estava sem entender onde estava a PM e a tropa de choque. Tem vários áudios dele solicitando apoio. Solicitou ao governador o acionamento da Força Nacional.

Como o declarante estava na primeira semana, ele não conhecia/tinha o contato de todos os comandantes da polícia, mas ele tinha os assessores que conheciam.

Tem mensagem do governador determinando que fosse acionada toda a tropa. O governador também determinou que fossem presas as pessoas em flagrante.

O secretário de segurança, Anderson Torres, entrou em contato com o declarante e disse para não deixar invadir o Supremo.

O Ministério da Justiça também entrou em contato com o declarante.

A chegada do reforço demorou. O declarante não sabe a razão. Ele até mandou mensagem cobrando o comandante Fábio.

Depois da intervenção o interventor foi para a secretaria assumir o comando. O declarante se colocou à disposição do interventor, que determinou a retomada da esplanada. Eles desceram para a esplanada. Nessa hora já havia um efetivo bom de policiais, que estavam retirando os manifestantes da esplanada. Havia muito confronto, o Choque tentando repelir os criminosos.

Quando chegaram no QG seriam realizadas as prisões, porém o declarante não sabe porque elas não foram realizadas naquele dia. Na segunda, as 6 h, o declarante estava presente no momento em que foram feitas as prisões.

Depois retornou para a secretaria cumprindo todas as ordens que o interventor determinava até a sua exoneração, na terça-feira à noite.

O declarante aduz que só tomou as providências, porque não houve o cumprimento das ações planejadas na sexta-feira. Quando saiu o relatório do interventor que o declarante ficou sabendo que o DOP da PM não tinha feito a ordem de serviço.

O declarante diz que a PM não cumpriu com o que estava previsto no PAI, como, por exemplo, deixar tropa de efetivo nas adjacências e na rodoviária.

Houve um erro de execução da operação. Houve também uma passividade de alguns policiais.

Informou que possui 18 anos na PF, nunca respondeu por nenhuma sindicância. Que tinha 5 dias na secretaria de segurança quando ocorreram os fatos. Não participou de qualquer conluio, não tem contato com político, senadores, deputados, governadores, comandantes. Não possui filiação partidária, redes sociais, possui um perfil reservado.

I.5- No dia 15/03/2023 foi ouvido o governador do Distrito Federal IBANEIS ROCHA, que aduziu que (certidão de etiqueta [PR-DF-00023094/2023](https://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento)):

Na quinta-feira começou a ter notícia das manifestações, de que chegariam alguns ônibus em Brasília, através dos jornais.

A semana anterior foi muito movimentada, pois vinha de uma preparação muito grande para a posse do presidente Lula. A preocupação era grande desde a diplomação, havia um receio de que houvesse uma manifestação por conta do pessoal que estava

no QG.

Houve uma preparação para a diplomação e, de fato, durante a diplomação, não houve nenhum problema. O problema foi a noite quando o ministro Alexandre de Moraes mandou prender um indígena que estava nas manifestações, no dia 12/12, e aí o pessoal que estava nos acampamentos começou a descer e fazer um quebra-quebra.

A partir de então a concentração foi para a posse, houve um grande esquema de segurança, com toda a polícia mobilizada, foram canceladas todas as folgas dos policiais e foram prorrogadas para as semanas seguintes à posse, para que ocorresse a posse tranquila, como de fato ocorreu.

No período que antecedeu à posse houve reuniões com o ministro Flávio Dino, ministro José Múcio, a própria esposa do presidente, Janja, teve no Palácio do Planalto. O declarante colocou à disposição todo o secretariado.

Como seria posse do declarante também, ele ficou a última semana envolvido com a montagem do governo.

No dia 2 ele foi à posse de 3 ministros, que eram pessoas que ele tinha proximidade, pois haviam sido governadores no mesmo período que o declarante: Camilo Santana, Flávio Dino e Wellington Dias. Inclusive o ministro Flávio Dino elogiou o declarante no discurso de posse por conta da tranquilidade que houve na posse do presidente Lula.

No dia 2/1 ele marcou reunião com os secretários, dia 3 com os administradores, dia 4 com os presidentes de empresa, e no dia 5 que ele foi ver as questões de gabinete e nomeações e aí começou a acompanhar meio que de longe essas questões das manifestações.

Sempre essas questões são conduzidas pela Polícia Militar e pela Secretaria de Segurança Pública, que são os especialistas.

No dia 6 à noite ele recebeu uma mensagem do ministro Flávio Dino. Essa mensagem o ministro não viu na hora, pois já estava dormindo. No outro dia de manhã ele viu a mensagem e entrou em contato com o secretário de segurança, Anderson Torres.

O Anderson Torres informou que estava chegando nos Estados Unidos e passou o telefone do Fernando, o “0 2” da secretaria de segurança.

O Anderson Torres já tinha informado ao declarante sobre a viagem com a família para Orlando quando ele foi convidado para assumir a secretaria. O governador disse que não tinha problema, desde que ele deixasse tudo alinhado na secretaria.

Neste momento não tinha sido informada a data da viagem.

No sábado, quando o declarante entrou em contato com ele, é que ele foi informado que estava acabando de desembarcar nos Estados Unidos.

O declarante entrou em contato com o Fernando, o qual repassou que estava acompanhando, que estava tudo tranquilo, que o pessoal da inteligência não estava vendo nada relacionado à violência. Essa informação o declarante repassou ao ministro Flávio Dino, indicando que tinha sido montado um plano.

A partir daí o declarante manteve contato com o Fernando para se manter informado tanto sobre o QG do exército quanto com a chegada dos ônibus e o acompanhamento da inteligência da PM e da SSP. Os contatos ocorreram tanto no sábado quanto no domingo.

No domingo de manhã o Fernando fez um relatório detalhado para o governador sobre a situação, quantas pessoas tinham chegado, quantos ônibus, o clima que existia da manifestação, tendo sido informado que tudo era pacífico. O declarante tem o registro das mensagens.

Por volta de 12 h o governador foi para a missa, e às 13:23 h recebeu outra mensagem do Fernando relatando que os manifestantes estavam descendo, escoltados pela PM, que a manifestação estava tranquila e que tinha sido feito uma espécie de acordo com os líderes do movimento para que a descida fosse pacífica. Informa que todos os relatórios de inteligência apontavam que a manifestação estava pacífica.

Em nenhum momento o governador tratou diretamente com o comandante da PM, pois a intermediação do governo com as forças de segurança é por meio da secretaria de segurança pública.

Depois, o declarante ficou acompanhando pela televisão até que, por volta de umas 15:20 h, ele viu que os manifestantes começaram a empurrar os gradis pra invadir o Congresso. Nesse momento o governador mandou uma mensagem mais dura, para que fossem retirados os manifestantes de lá, dizendo “tira esses vagabundos daí e prende o máximo possível”.

O Fernando respondeu dizendo que a situação tinha saído do controle, que ele estava precisando de reforço policial, reforço do exército, quando então o governador falou para colocar todo o efetivo da polícia. Foi quando chegaram as demais tropas, porém já tinham invadido o Congresso e estavam forçando para descer para o STF.

Com o acionamento passaram de cerca de 500 homens que era o

contingente que a PM havia determinado e chegaram a 2500 pessoas na retirada dos manifestantes. Trouxeram a força de todos os batalhões para fazer a retirada.

O declarante chamou a vice-governadora Celina, o secretário da casa civil Gustavo Rocha, e o consultor jurídico, para adotarem providências em conjunto, pois a situação estava fora de controle.

Recebeu várias ligações, como a ministra Rosa antes da invasão do STF, o ministro Flávio Dino, e foi feito o possível para esse momento de crise. Ficou acompanhando o acionamento das forças militares.

Nesse momento o governador exonerou o Anderson.

Foi tudo muito rápido, desde as 15:30 h até as 17 h, quando já estavam sendo retirados os invasores.

O declarante determinou que o Gustavo e a Celina fossem ao Ministério da Justiça para prestar toda a assessoria necessária.

Foi nomeado então o interventor nas forças de segurança. O declarante entendeu a medida, pois existia uma crise, e havia naquele momento uma perda de confiança nas forças de segurança do DF. Assim, o governador achou correta a medida e prestou toda a solidariedade para que o interventor pudesse nomear pessoas, ter todos os dados necessários tanto na apuração quanto no restabelecimento da confiança nas forças de segurança.

O declarante conhece há muito tempo o Flávio Dino, que foi professor dele, foi juiz na época que o declarante era advogado, depois foram governadores na mesma época.

Por volta das 19:30 h foi marcada uma reunião no grupo de governadores, pois eles estavam com medo de que as invasões acontecessem também nos seus Estados. O declarante foi para o palácio do Buriti para abrir a reunião e ficou até por volta de 21:30 h. De lá ele conseguiu ver o pessoal voltando para o quartel e acompanhando pela televisão a retirada dos manifestantes e também tendo informações dos assessores que estavam ali de que conseguiram contornar a situação e retirar os manifestantes da área.

Depois recebeu a informação de que seriam feitas as prisões no QG, mas houve resistência do Exército.

No dia seguinte ele já ficou sabendo da ordem de afastamento dada pelo Min. Alexandre de Moraes. Ele cumpriu a ordem, passou as últimas orientações para a Celina, dizendo para prestar todas as informações para o interventor, que deixem que tudo que for necessário seja apurado, todos os órgãos, para esclarecer mais rápido possível. Ainda disse que dali para a frente não falaria com

eles, pois se ele estava afastado é porque estavam com medo de interferirem dentro do governo. Daí em diante ele não falou mais com ninguém do governo, nem com a vice-governadora e nem com secretários.

A busca e apreensão ocorreu 15 dias depois na casa do governador. Levaram o computador, HD do escritório de advocacia, o computador que usa no palácio do Buriti, e as agendas que tinham dentro do palácio do Buriti. O resultado das buscas e apreensão já foram juntados através de laudo, todos eles negativos.

Como o declarante estava viajando, quando retornou ele entregou os celulares, que foram periciados, tendo sido comprovado pelas perícias o depoimento que deu em relação às mensagens que ele recebeu. Os laudos concluem que não tem nada que comprove que ele tenha participado de qualquer ato ou que tenha deixado de tomar qualquer decisão.

Tudo que ele pôde fazer para colaborar com a investigação foi feito.

Os acampamentos nos QGs sempre foram uma preocupação para o declarante, pois tinha todo tipo de gente. Através do secretário da casa civil e do então secretário de segurança Júlio Danilo, manteve contato direto com o comando do exército para ver se era possível fazer a retirada, chegou a ser marcada por 2 vezes, porém das 2 vezes o comando do exército impediu que essa retirada fosse feita.

Na segunda data marcada, no dia 29/12, foram disponibilizados 500 homens para fazer a retirada, mais 20 equipes com 10 homens do DF Legal para retirar, mas foram paralisados pelo comando do exército.

A coronel Cíntia, o comandante Fábio, agiram de acordo com o que eles tinham costume de acontecer.

Toda informação que o declarante recebeu até o momento da invasão era de que tudo estava dentro da normalidade.

Não chegou nenhum relatório da Abin, e nem do GSI, da Força Nacional, nenhum relatório de inteligência dizendo que haveria violência e que eles invadiriam.

O Anderson Torres é uma pessoa de confiança do declarante, foi enquanto secretário de segurança no 1º mandato do governador, foi enquanto ministro da justiça para encaminhar as coisas do Distrito Federal, ele sempre foi muito parceiro, e por isso o governador o convidou novamente para ser secretário de segurança pública após o presidente Bolsonaro ter perdido a

eleição.

Na época que o Anderson Torres foi convidado e comunicou ao ministro sobre a viagem que faria com a família, não se tinha ideia sobre 8 de janeiro.

Já ocorreram diversas manifestações no DF, inclusive em 2013 e 2017, e em nenhuma delas houve mortes de pessoas, o que demonstra que a PM é capacitada para lidar com esse tipo de situação.

Acredita que o que houve naquele dia foi um apagão geral. O Palácio do Planalto tem um batalhão para cuidar do Palácio, com atiradores de elite, com pessoas preparadas para lidar com aquilo. Não era para ter sido invadido o Planalto sem a menor resistência. O que chegou de informação para o declarante depois é que o batalhão tinha sido dispensado naquela data.

O declarante conclui que foi tomado de susto com o que aconteceu, assim como todo mundo foi. Não teve participação em nenhum dos atos, não tinha o menor interesse. Ele foi reeleito em 1º turno governador do DF, não ganharia nada com as invasões. É amigo de vários ministros do presidente Lula, foi à posse dele, estava buscando um bom relacionamento com o governo federal, até porque não se governa o DF sem ter um bom relacionamento com o governo federal. Então não possui motivação nenhuma para ajudar naquilo que estava acontecendo.

Deixou claro que está à disposição para esclarecer tudo o mais rápido possível. Tem interesse que fique bem claro que ele não teve qualquer participação nisso.

II- Dos documentos recebidos:

II.1- Ao serem solicitadas cópias das comunicações feitas pela ABIN, no período de 3 a 8 de janeiro de 2023, a órgãos públicos acerca de notícias de possíveis manifestações populares, com respectiva data de emissão, recebimento e indicação dos servidores receptores, entre outras solicitações relativas ao acompanhamento dos referidos atos públicos, o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, por meio OFÍCIO Nº 7/2023/JUR/ASS/SE/GSI/PR ([PGR-00071987/2023](#)) encaminhou as informações contidas nos Anexos 1 (Informações da ABIN), 2 (Protocolo de Prevenção de Ameaças) e 3 (Informações da Secretaria de Segurança e Coordenação Presidencial).

Da análise da resposta, o GSI informou que encaminhou planilha com o conjunto de mensagens encaminhadas pela ABIN, via Whatsapp, entre os dias 2 e 08/01/2023, para

membros do Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN) e da Célula Integrada de Inteligência de Segurança Pública do Distrito Federal (CIISP/DF). Informou que o grupo da CIISP/DF no Whatsapp foi criado em 07/01/2023 (“CIISP/DF – Manifestações”), com participação de representantes das seguintes instituições: PF/MJSP, PRF/MJSP, DINT/SEOPI/MJSP, PM/DF, PC/DF, SSI/DF, STF, TSE e Polícias Legislativas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Esclareceu ainda que: “Conforme registro supramencionado de Alertas produzidos pela ABIN, até 5/1/2023 havia perspectiva de baixa adesão de manifestantes para a mobilização que estava sendo convocada para 08/01/2023. Todavia, conforme Alerta produzido em 6/1/2023, às 19h40, foi detectada ‘convocação por parte de organizadores de caravanas para o deslocamento de manifestantes com acesso a armas e a intenção manifesta de invadir o Congresso Nacional. Outros edifícios na Esplanada dos Ministérios poderiam ser alvo de ações violentas’. Nos dias seguintes, novos Alertas foram produzidos com indicação de criticidade sobre o tema”.

Da análise dos alertas informados da ABIN, constata-se que, de fato, apenas a partir da noite do dia 6/1/2023 (sexta-feira) é que começou a ser difundido o risco de ações violentas, conforme abaixo colacionado:

06/01/2023 - 19h40	PERSPECTIVA DE MANIFESTAÇÕES EM BRASÍLIA A perspectiva de adesão às manifestações contra o resultado da eleição convocadas para Brasília para os dias 7, 8 e 9 jan. 2023 permanece baixa. Contudo, há risco de ações violentas contra edifícios públicos e autoridades. Destaca-se a convocação por parte de organizadores de caravanas para o deslocamento de manifestantes com acesso a armas e a intenção manifesta de invadir o Congresso Nacional. Outros edifícios na Esplanada dos Ministérios poderiam ser alvo de ações violentas.	CIE – CIM – AID/MD – DINT/SEOPI – ANTT – MINFRA – ANATEL
07/01/2023 - 10h30	MANIFESTAÇÕES CONTRA O RESULTADO DAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS Em Brasília, há registro de chegada no QG do Exército de 18 ônibus de outros estados para participar de manifestações. Mantêm-se convocações para ações violentas e tentativas de ocupações de prédios públicos, principalmente na Esplanada dos Ministérios. Desde a madrugada de hoje caminhões tanque que transportam combustível não acessam a distribuidora de combustíveis anexa à refinaria (REVAP) de São José dos Campos-SP. Há presença de manifestantes autointitulados “patriotas” no local. Outros tipos de caminhões que transportam tipos de produtos distintos de combustíveis, assim como carros utilitários, ônibus e outros veículos estão acessando normalmente.	CIE – CIM – AID/MD – DINT/SEOPI – ANTT – MINFRA – ANATEL
07/01/2023 - 12h00	MANIFESTAÇÕES CONTRA O RESULTADO DAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS – ATUALIZAÇÃO Conforme a ANTT, houve aumento do número de fretamentos de ônibus com destino a Brasília para este final de semana. Há um total de 105 ônibus, com cerca de 3900 passageiros.	CIE – CIM – AID/MD – DINT/SEOPI – ANTT – MINFRA – ANATEL

	Mantêm-se convocações para ações violentas e tentativas de ocupações de prédios públicos, principalmente na Esplanada dos Ministérios.	
07/01/2023 - 15h40	<p>MANIFESTAÇÕES CONTRA O RESULTADO DAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS – ATUALIZAÇÃO</p> <p>Em Brasília, continua chegada de manifestantes no QGEx. Vias da região estão bloqueadas para veículos.</p> <p>Há pequeno grupo de manifestantes na Esplanada dos Ministérios, próximo à Alameda das Bandeiras.</p> <p>Eixo Monumental encontra-se bloqueado para veículos na altura da Biblioteca Nacional. Não há registro de incidentes.</p>	CIE – CIM – AID/MD – DINT/SEOPI – ANTT – MINFRA – ANATEL
07/01/2023 - 16h50	<p>MANIFESTAÇÕES CONTRA O RESULTADO DAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS – ATUALIZAÇÃO</p> <p>Em Brasília, continua chegada de manifestantes no QG do Exército. Não há registro de ações de manifestantes fora do QG do Exército. Permanecem convocações e incitações para deslocamento até a Esplanada dos Ministérios, ocupações de prédios públicos e ações violentas, mas sem coordenação concreta para tais ações.</p> <p>Em São José dos Campos/SP, situação na REVAP encontra-se normalizada, com carregamento de caminhões.</p>	CIE – CIM – AID/MD – DINT/SEOPI – ANTT – MINFRA – ANATEL

Quanto ao grupo CIISP/DF, que possui representantes de diversos órgãos públicos, incluindo PM/DF, verifica-se que o primeiro alerta emitido foi apenas na manhã do próprio dia 08/01/2023:

08/01/2023 – 09h00	<p>MANIFESTAÇÕES CONTRA O RESULTADO DAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS - QGEX</p> <p>Público estimado pela SSP/DF de 3.000 pessoas na área próxima do SMU.</p> <p>Durante a madrugada de 07/01/2023 mais 16 ônibus desembarcaram passageiros nas proximidades do QGEx, totalizando 101 veículos até as 8h20. Parte dos ônibus está estacionada na Granja do Torto.</p> <p>Os manifestantes que chegaram nas últimas horas traziam equipamentos de acampamento e mantimentos. Parte deles foi observada pegando Uber e se dirigindo para hotéis da cidade.</p> <p>Avenida do Exército está bloqueada para veículos nos dois extremos. Av. Duque de Caxias liberada para veículos a partir do Eixo Monumental, com controle de acesso feito pela PE.</p> <p>Fluxo ainda tímido de chegada de manifestantes de Brasília/DF, que vêm a pé devido aos estacionamentos liberados na área do QGEX estarem lotados.</p> <p>Estacionamento da Catedral Rainha da Paz lotado, com manifestantes fazendo churrasco e acompanhando a missa na igreja.</p> <p>Houve incremento significativo no número de barracas de ontem para hoje, inclusive de instalação de estruturas maiores. Cozinhas comunitárias, que haviam sido desmontadas, voltaram a funcionar.</p> <p>Às 8h30 havia concentração de pessoas na área do palco, mas não havia discursos. Há filas nas barracas de alimentação.</p> <p>Os acampados aparentam estar divididos em grupos, com sua própria organização cada.</p> <p>Após discussão acalorada entre acampados às 8h50, ficou decidido que os manifestantes partirão em marcha para a Esplanada às 13h.</p>	CIISP-DF
--------------------	--	----------

08/01/2023 - 10h30	<p>MANIFESTAÇÕES CONTRA O RESULTADO DAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS – ATUALIZAÇÃO</p> <p>Em Brasília, continua chegada de manifestantes no QG do Exército, mas em fluxo menor que o registrado ontem. Houve incremento significativo no número de barracas de ontem para hoje, inclusive com instalação de estruturas maiores. Permanecem convocações e incitações para deslocamento até a Esplanada dos Ministérios, ocupações de prédios públicos e ações violentas. Em votação, decidiram que a marcha só iniciará quando todas as caravanas chegarem e estão evitando divulgar um horário para o início. Há um pequeno grupo de manifestantes na Av. das Bandeiras (imagem anexa).</p> <p>Em São José dos Campos/SP, há presença de manifestantes na Revap, Refap e no terminal de Barueri/SP. Houve tentativa de bloqueio de acessos no Posto Avançado 6 (P6), na BAVAP, no final da noite de 07/01, mas a via foi liberada.</p> <p>Em Canoas/RS, grupo de cerca de 100 manifestantes encontra-se próximo ao portão da Refinaria Alberto Pasqualini (Refap). Há convocações em redes sociais e grupos de mensageria para aumentar o número de pessoas no local. Forças de segurança (PRF e BM) estão no local e não há bloqueio de rodovia nem do acesso à refinaria.</p>	CIE – CIM – AID/MD – DINT/SEOPI – ANTT – MINFRA – ANATEL – CIISP/DF
--------------------	---	---

Assim, não resta claro quem foram os destinatários dos alertas anteriores

emitidos desde sexta, quais órgãos compunham os destinatários “CIE”, “CIM”, “AID/MD”, “DINT/SEOPI”, “MINFRA”, quem foram os agentes responsáveis por receber o alerta sobre a violência dos atos desde sexta à noite, nem se a PM/DF, SSP/DF, polícia legislativa da Câmara e do Senado tiveram ciência desse alerta.

Ademais, ao ser questionada sobre o responsável por definir a lista de difusão dos informes relativos ao fim de semana do dia 08/01/2023 a resposta se limitou a dizer que foi a Abin, não apontando o nome do agente responsável pela escolha dos órgãos que receberiam as informações.

Em relação ao pedido de detalhamento sobre a equipe de segurança das instalações presentes no Palácio do Planalto nos dias 6, 7 e 08/01/2023 e sobre eventuais pedidos de reforço ao CMP ou a PM, foram apresentados os seguintes esclarecimentos:

Diariamente, a segurança das instalações presidenciais é realizada por equipes de **agentes de segurança** da Secretaria de Segurança e Coordenação Presidencial do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (SCP/GSI) e de **guardas militares** do Comando Militar do Planalto (CMP). Após vinte e quatro horas de serviço e, normalmente, às oito horas da manhã, essas equipes são substituídas por outras de igual efetivo.

a. Dia **6 de janeiro de 2023**, a partir das 08:00h, foram escalados para o serviço, os seguintes militares e agentes de segurança:

1) Guarda Militar do 1º RCG (46 militares)

Havia uma guarda militar responsável pela área externa das instalações presidenciais, escalada pelo CMP, ocupando 13 postos.

2) Agentes de Segurança Instalações GSI (96 agentes)

Nos dias de expediente, quando há grande fluxo de servidores, terceirizados e visitantes, no Palácio do Planalto, a escala de serviço conta com 96 agentes de segurança durante as vinte e quatro horas do dia. De acordo com a demanda necessária outros agentes são acionados oportunamente.

3) Tropa de Choque do CMP (38 militares)

A tropa em questão, solicitada ao CMP no dia anterior, esteve de prontidão no quartel de sua Organização Militar (OM), na área do SMU, ficando em condições de deslocamento para as instalações da Presidência da República (PR).

b. Dia **7 de janeiro de 2023**, a partir das 08:00h, foram escalados para o serviço, os seguintes militares e agentes de segurança:

1) Guarda Militar do 1º RCG (46 militares)

Havia uma guarda militar responsável pela área externa das instalações presidenciais, escalada pelo CMP.

2) Agentes de Segurança Instalações GSI (49 agentes)

Nos dias sem expediente, quando não há fluxo de servidores, terceirizados e visitantes, no Palácio do Planalto, a escala de serviço conta com 49 agentes de segurança durante as vinte e quatro horas do dia. De acordo com a demanda necessária outros agentes são acionados oportunamente.

3) Tropa de Choque do CMP (38 militares)

A tropa em questão, fora solicitada ao CMP no dia anterior, esteve de prontidão no quartel de sua Organização Militar, na área do SMU, ficando em condições de deslocamento para as instalações da PR.

c. Dia **8 de janeiro de 2023**, a partir das 08:00h, foram escalados para o serviço, os seguintes militares e agentes de segurança:

1) Guarda Militar do 1º RCG (46 militares)

Havia uma guarda militar responsável pela área externa das instalações presidenciais, escalada pelo CMP.

2) Agentes de Segurança de Instalações do GSI

Inicialmente, a partir da 08:00h, estavam escalados em serviço 49 agentes. Posteriormente, após a ação de ultrapassagem dos manifestantes pelo isolamento feito pela PMDF, ocorrido por volta das 14:50h, outros 30 agentes de segurança, que se encontravam em suas residências, na condição de sobreaviso, foram chamados para reforçar a equipe.

Além destes efetivos, quando há iminência de manifestações, por solicitação do GSI, o CMP reforça as guardas militares com outras tropas. Assim, diariamente, há uma OM do CMP escalada para tal atividade, sendo acionada conforme a necessidade.

3) Tratando-se especificamente do dia 8 de janeiro, os militares escalados como tropa de reforço eram do Batalhão de Guarda Presidencial (BGP) e de outras Organizações Militares como se segue:

a) Tropa de Choque do CMP (38 militares)

Essa tropa foi solicitada no dia 6 de janeiro e encontrava-se de prontidão no quartel de sua Organização Militar, na área do SMU, a partir das 08:00h do dia 8 de janeiro. Com aumento de pessoas no acampamento na área do SMU e a iminência de parte desse universo se deslocar, escoltado pela PMDF, até a frente do Congresso Nacional, **como medida de prevenção, foi acionada uma fração de tropa do CMP, para se deslocar de imediato para o Palácio do Planalto.** Tal tropa apresentou-se pronta no Palácio do Planalto, às 12:30h, antes do início da marcha dos manifestantes.

b) Outras Tropas de Choque do CMP (80 militares)

Com a chegada dos manifestantes à frente do Congresso Nacional (CN) e a inesperada ação de ultrapassagem dos manifestantes pelo isolamento feito pela PMDF, na altura do Ministério da

Justiça e Segurança Pública, caracterizando assim ato ilícito e de desrespeito à lei e a ordem, foi acionada mais uma fração de tropa do CMP, para se deslocar de imediato para o Palácio do Planalto, que se apresentou pronta às 15:41h.

c) Outras Tropas de Choque do CMP (124 militares)

Com o enfrentamento às tropas e consequente invasão dos manifestantes ao Palácio do Planalto, caracterizando assim ato ilícito e de desrespeito à lei e a ordem, foi acionada mais uma fração de tropa do CMP, que se apresentou pronta no Palácio do Planalto às 16:40h.

d) Outras Tropas Choque do CMP (166 militares)

Para finalizar a retomada do Palácio do Planalto, desocupando os andares e, posteriormente, realizando prisões, foi acionada mais uma fração de tropa do CMP, que se apresentou pronta no Palácio do Planalto às 17:15h.

e) Efetivos da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF)

Durante toda a tarde dia 8 de janeiro, a PMDF se fez presente nas ações ocorridas nas imediações, como também no interior do Palácio do Planalto. Inicialmente com uma tropa de choque postada na via N1 e, no desenrolar das ações, com a chegada de mais efetivos próprios (Viaturas Anti-tumulto, Choque e Cavalaria) contribuindo na retomada do controle externo da Esplanada dos Ministérios (áreas externas do Palácio do Planalto, Supremo Tribunal Federal, Praça dos Três Poderes e Congresso Nacional).

Todas as informações supramencionadas estão de acordo com as condutas a serem adotadas em caso de invasão, depredação e outros ilícitos que venham a ocorrer nas instalações do Palácio do Planalto, previstas no **PLANO DE OPERAÇÕES ESCUDO DO PLANALTO, documento de ACESSO RESTRITO**.

Da resposta acima observa-se que, nos dias 6, 7 e 8/1 haviam **46 militares da guarda militar do 1º RCG, responsável pela área externa** das instalações presidenciais; **38 militares da tropa de choque do CMP, que estava de prontidão** no quartel de sua Organização Militar, na área do SMU, ficando em condições de deslocamento para as instalações da PR;

No dia 6/1 havia um número maior de Agentes de Segurança Instalações GSI (96 agentes), face a 49 agentes nos dias 7 e 8/1, sob a justificativa de que *“nos dias sem expediente, quando não há fluxo de servidores, terceirizados e visitantes, no Palácio do Planalto, a escala de serviço conta com 49 agentes de segurança durante as vinte e quatro horas do dia”*.

Em relação ao dia 8/1, verifica-se que a única diferença de efetivo até o momento em que foram iniciadas as quebras de barreiras pelos invasores, em relação aos dias anteriores, é que **foi acionada uma fração** dos 38 militares da tropa de choque do CMP que estavam de prontidão, os quais apresentaram-se pronta no Palácio do Planalto, às 12:30 h.

II.2- Do “Relatório sobre os fatos ocorridos no dia 08 de janeiro de 2023”, elaborado pelo interventor federal Ricardo Capelli (PR-DF-00017566/2023), destacam-se os seguintes excertos:

Todavia, em razão da previsão da chegada de caravanas e do sentimento percebido nas mobilizações em redes sociais e demais fontes de dados, o **Relatório de Inteligência nº 06 de 06/01/2023 sobre os atos previstos entre os dias 06 e 09 de janeiro de 2023** foi difundido no próprio dia 06 de janeiro de 2023, às 17h, para o gabinete do Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal (SSPDF), no qual foram destacados alguns aspectos (ANEXO 11):

- Possibilidade de invasão e ocupação a órgãos públicos;
- Participação de grupos com intenção de ações adversas, bem como orientação de que o público participante fossem adultos em boa condição física;
- Participação de pessoas que pertenceriam ao segmento de Colecionadores, Atiradores e Colecionadores (CACs);
- Possíveis ações de bloqueios em refinarias e/ou distribuidoras.

(...)

Memória de reunião realizada no dia 06/01/2023 (ANEXO 2), no âmbito da SOPI/SSP, com integrantes de várias IOAs, demonstra que participantes da reunião tomaram conhecimento do potencial lesivo da manifestação prevista para o dia 08/01/2023.

Pode-se concluir que não houve falta de informações e alertas sobre os riscos da manifestação.

(...)

O DOP (Departamento de Operações) da PMDF é a responsável pelo planejamento do emprego das unidades, bem como do efetivo de prontidão e a assinatura do Plano Operacional.

Não houve a elaboração prévia de Planejamento Operacional nem Ordem de Serviço emitido pelo Departamento Operacional da PMDF em relação aos fatos do dia 08/01/2023, sendo apenas encaminhado o Plano de Ações Integradas elaborado pela SSPDF, via Circular 13 (ANEXO 5), para 1º e 2º CPR, CPME e CPTRAN, e, via Memorando 11 (ANEXO 8), para BPCHOQUE e ROTAM, não sendo encaminhado para BPCÃES, BAVOP e RPMON, como seria de praxe, o que foge ao padrão operacional de manifestações anteriores.

Não foi identificado um documento que demonstre a **determinação prévia** do número exato de policiais militares empregados na área da Esplanada dos Ministérios.

(...)

Conforme informações da PMDF, somente às 15h (08JAN2023), o efetivo do Complexo Administrativo que se encontrava de sobreaviso desde o dia anterior, **foi acionado para se deslocar à Academia de Polícia Militar de Brasília - APMB para mobilização** e direcionamento para a Esplanada dos Ministérios.

Houve, portanto, um intervalo de aproximadamente duas horas entre o início da manifestação e a tomada de providências operacionais de reforço para reprimir as ações em andamento.

(...)

Por fim, constatou-se pelas imagens que a linha de contenção da Avenida das Bandeiras contava com apenas duas linhas de gradil instaladas paralelamente,

sem travamento entre elas e com distanciamento entre elas acima do adotado como praxe, o que fragilizou a contenção dos manifestantes e facilitou a invasão aos prédios do Senado e da Câmara dos Deputados.

Da análise do Relatório de Inteligência nº 6 de 06/01/2023, constante no Anexo 11 do relatório do interventor, verifica-se que as informações nele constantes, conforme excertos abaixo, não dão por certa a existência de movimentos de caráter violento no final de semana seguinte, o que demonstra que as informações de inteligências divulgadas à SSP, até aquele

517260820

momento, não eram seguras, o que dificultou o planejamento das forças de segurança pública.

No que tange à memória da reunião realizada no dia 06/01/2023 no âmbito da SOPI/SSP não é possível concluir que estava confirmado que ocorreriam manifestações violentas naquele final de semana. Da análise do documento, constata-se em diversos momentos que as informações sobre os eventos não eram certas:

O TC ROSIVAN continuou observando que, inicialmente, o evento tem baixa adesão, mas não há certeza que o evento não ocorrerá, sendo necessário prever os procedimentos dos órgãos para não serem surpreendidos. Foi esclarecido que houve relatos de algumas caravanas de Minas Gerais, sem

(...)

alcance dos movimentos. Que existe preocupação quanto às caravanas, mas que inicialmente a informação da inteligência é que a adesão ao movimento é baixa. Mas que é preciso estar atento

(...)

O representante do Senado, Sr GABRIEL DIAS, informou que ainda não havia confirmação do deslocamento das caravanas dos estados.

O TC ROSIVAN informou que tem possíveis saídas de ônibus em várias datas, demonstrando inconsistência das informações, não sendo identificadas lideranças coletivas. Que será construído um

(...)

O CEL CASSIMIRO informou que está monitorando com a inteligência da PMDF e que, até o momento, não há informações concretas com relação aos movimentos. Que há um

(...)

A CEL CINTIA, Subsecretária de Operações Integradas, informou que está em contato com a PRF, e acionará novamente o grupo de WhatsApp "Perímetro de Segurança", que a ANTT não tem nenhum registro de ônibus com destino a Brasília. Que foi realizado contato com as inteligências

dos estados, que as inteligências informaram que há mobilizações nas redes sociais, **mas ainda não foram confirmadas**. Que será acionado o perímetro de segurança, monitoramento no sistema córtex,

Em relação à não elaboração do planejamento operacional pelo DOP, consta no anexo 4 do relatório do interventor bem como do depoimento do coronel Paulo José, que o plano não foi feito em virtude da informação que se tinha até aquele momento era da realização de um evento de baixa adesão e, portanto, foi utilizado o “*Plano de Operações nº 02/2020 – DOP/PMDF Manifestações no DF*”, documento padrão para manifestações que não tinham risco elevado ou de considerável público, conforme esclarecimento da PMDF:

Em assim sendo, a Polícia Militar do Distrito Federal, diante das informações preliminares que indicavam a possibilidade de realização de atos populares na área central de Brasília, nos dias 07 e 08JAN2023 (sábado e domingo), com indicativos de **baixa adesão**, empregou recursos operacionais com vistas a assegurar e preservar a ordem pública no centro de Brasília, sem prejuízo da realização de policiamento em outras regiões da Capital.

Corroborando com o entendimento acima, faz-se necessário mencionar o extrato de inteligência confeccionado pelo Centro de Inteligência/PMDF, constante no processo SEI nº 00054-00005015/2023-70, nos seguintes termos:

Ao tempo em que o cumprimento, em atenção ao documento da referência, e no que tange à Atividade de Inteligência Policial Militar, esta Agência Central informa que, relacionado aos atos em comento, **NENHUM documento de inteligência foi recebido por esta Agência via canal técnico oriundo de Agências de Inteligência integrantes do Sistema de Inteligência de Segurança Pública ou do Sistema Brasileiro de Inteligência.**

Cumprir informar ainda que, no dia 04 DE JANEIRO DE 2023 (quarta feira), em contato com ponto focal da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) em busca de informações sobre possíveis caravanas oriundas de outros Estados com destino ao Distrito Federal, este Centro foi informado que **NENHUM VEÍCULO** havia sido registrado até então.

No dia 05 de janeiro de 2023 (quinta feira), nova consulta a ANTT foi feita às 17h30, quando aquela agência informou que **ainda não havia registro de veículo com a característica informada no sistema, frisando inclusive que, para o período em específico, a quantidade de ônibus circulando estava abaixo do normal para fins de semana.**

No dia 06 DE JANEIRO DE 2023 (sexta feira), às 14h15, a ANTT informou sobre atualização de dados no sistema e que teria sido verificado o registro (autorização de viagem) para **23 ÔNIBUS** e um total de **797 PASSAGEIROS**; No mesmo dia, às 17h50 houve nova atualização de registros para **43 ÔNIBUS** com **1.622 PASSAGEIROS**;

No dia 07 DE JANEIRO DE 2023 (sábado), às 12h00, a ANTT informou nova atualização de dados para **105 ÔNIBUS** e **3.951 PASSAGEIROS**;

No dia 08 DE JANEIRO DE 2023 (domingo), houve atualização de dados às **09h46** para **133 ÔNIBUS** e **5.021 PASSAGEIROS**;

De 02h00 do dia 07JAN23 (sábado) até 20h15 do dia 08JAN23 (domingo), esta Agência de Inteligência acompanhou e monitorou a chegada dos 132 ônibus ao DF, tendo assessorado os principais órgãos diretamente envolvidos com a operação, conforme Protocolo de Operações Integradas da SSP/DF. (grifo nosso)

Quanto ao acionamento do efetivo do Complexo Administrativo da PMDF que se encontrava de sobreaviso ter ocorrido somente às 15 h, tem-se das informações até então obtidas que, o começo da caminhada para a Esplanada, por volta das 13 h, ocorreu sem maiores intercorrências, não se tendo, até aquele momento, a confirmação do intento criminoso de invasão e depredação da sede dos Poderes por parte dos que ali estavam presentes.

Conforme informação da PMDF (anexo 4 do relatório do interventor), por volta de 14:30 até 14:45 “*ocorreu uma mudança de animosidade dos manifestantes*”:

3.3 DA SÍNTESE DOS FATOS (dia 08 de janeiro de 2023)

O deslocamento dos manifestantes, entre o Quartel General do Exército (QGEx) até a área da Esplanada dos Ministérios iniciou por volta das 13h. Durante esse trajeto, até as proximidades da primeira linha de revista, os manifestantes se portaram de maneira pacífica. Acrescenta-se que nesse percurso ocorreram algumas detenções pontuais de indivíduos que portavam rojões, estilingues e outros materiais que poderiam colocar em risco à incolumidade física dos participantes.

Com o efetivo distribuído e o policiamento em execução, os manifestantes, que desciam pela Avenida N1, chegaram à linha de abordagem por volta das 14h30, os quais gritavam palavras de ordem, momento em que transpuseram a linha de revista, furando esse bloqueio. A linha de policiamento continuou até o instante em que ficou inviabilizada qualquer abordagem por aquela tropa.

No período compreendido de 14h30 até por volta das 14h45 ocorreu uma mudança da animosidade dos manifestantes, vindo eles a romperem a segunda linha de contenção próximo ao Ministério da Justiça, culminando com a invasão do Congresso Nacional. Simultaneamente, vários manifestantes se deslocaram em direção ao Palácio do Planalto, resultando na ocupação da sede do Governo Federal em torno das 15h10. Posteriormente, outro grupo dos manifestantes se deslocou ao STF, que imediatamente foi tomado por volta das 15h40. Destaca-se que a segurança dos órgãos retromencionados não foi capaz de impedir a tomada de suas instalações.

Ressalta-se que a PMDF não mediu esforços para restabelecer a ordem, conseguindo retomar de forma rápida e efetiva as instalações do Supremo Tribunal Federal (17h30), do Palácio do Planalto (17h50) e do Congresso Nacional (18h30) efetuando-se inúmeras detenções de

manifestantes, de maneira a garantir a concreta responsabilização pela instâncias competentes.

Em relação às fragilidades na linha de contenção, consta do Protocolo de Ações Integradas a informação de que o gradeamento seria uma atribuição do Senado Federal:

4. ATRIBUIÇÕES AOS ÓRGÃOS ENVOLVIDOS	
IOA's	ATIVIDADES
MRE	- Realizar cercamento com gradis, circundando todo o MRE; - Disponibiliza 20 (vinte) gradis, ao lado do MRE, para fechamento da Via S1.
STF	- Realizar cercamento com gradis, circundando todo o STF; - Disponibiliza 20 (vinte) gradis, ao lado do Ministério da Justiça, para fechamento da Via N1.
SENADO FEDERAL	- Realizar cercamento com gradis, circundando toda a Sede do Congresso Nacional.
CÂMARA DOS DEPUTADOS	- Realizar cercamento com gradis, circundando toda a Sede do Congresso Nacional.
PRF	- Executar policiamento nas rodovias federais de acesso ao DF, com objetivo de fiscalizar e monitorar a concentração e chegada de veículos de manifestantes (ônibus, caminhões, motorhome, etc) com destino à Esplanada dos Ministérios, informando ao CIOB/SSP, bem como postando no grupo "Perímetro de Segurança" do WhatsApp; -
	- Caso seja acionado, realizar o fechamento do trânsito de veículos na Esplanada dos Ministérios, nas Vias S1 e N1, entre a Alça Leste e a Via L4 Norte; - Planejar e executar ações de policiamento ostensivo, com objetivo de manter e preservar a ordem pública durante a realização do evento, empregando para esse fim efetivos e meios necessários, conforme planejamento próprio da Instituição e

II.3- A Procuradoria de Justiça Militar em Brasília encaminhou o Ofício nº 20/GAB 2ªPROC 1ºOF/PJM/BSB/DF/MPM ([PR-DF-00019390/2023](#)), comunicando que, referente aos fatos investigados, foi instaurado o Inquérito Policial Militar nº 7000011-72.2023.7.11.0011 pela Polícia Judiciária Militar, bem como foi autuada a Notícia de Fato nº 210.2023.00001 no âmbito daquele *Parquet*, e, tão logo o procedimento seja concluído, encaminhará cópia dos autos.

II.4- Por meio do Ofício Nº 1/2023 - PCDF/DGPC/CGP/DIP/ADJ ([PR-DF-00021819/2023](#)) a Polícia Civil do Distrito Federal aduziu “*não terem sido verificados indícios de condutas omissivas por parte de servidores desta Polícia Civil na repressão aos ataques do dia 8 de janeiro de 2023*”.

III- Análise dos autos:

Do exame das informações obtidas até o momento, a partir das oitivas realizadas e dos documentos juntados, não foi possível identificar uma conduta dolosa, omissiva ou comissiva, de alguma autoridade pública que tenha dado causa ou permitido as invasões às sedes dos Poderes da República na esplanada dos ministérios, no dia 08/01/2023, que possam configurar ato de improbidade administrativa.

Vejamos:

- IBANEIS ROCHA – Governador do Distrito Federal

O Governador do DF, IBANEIS ROCHA, mandatário do Distrito Federal, fora reeleito em primeiro turno, nas eleições de 2022, restou afastado por decisão monocrática do

Ministro do STF, Alexandre de Moraes, posteriormente ratificada pelos seus pares. Conforme se depreende dos depoimentos colhidos, em especial do Secretário adjunto de Segurança Pública do DF, FERNANDO DE SOUZA OLIVEIRA, houve acompanhamento por parte do Governador acerca de toda movimentação ocorrida no referido fim de semana.

Em contato direto com o substituto, posto que o titular encontrava-se em viagem, fora determinado o repasse de 4 relatórios diários ao Governador, acerca da manifestação. O último, ocorreu às 13:23 do próprio dia 08 de janeiro, com informações acerca da tranquilidade do evento e do preparo das forças de segurança para o mesmo. Após a invasão dos prédios, nova manifestação do Governador, desta feita, no sentido de retomar os prédios públicos, preservando-os, e prender os manifestantes responsáveis em flagrante (conforme informações apresentadas no mesmo depoimento).

Inexiste, assim, quaisquer indícios de condutas dolosas por parte do governante que tenham concorrido para os eventos de 08 de janeiro.

Conclusões semelhantes foram expostas pelos trabalhos do Interventor da Segurança no DF e nos relatórios da PF.

- ANDERSON TORRES - Secretário de Segurança Pública do DF no dia 08/01/2023

O ex-Secretário de Segurança Pública, titular da pasta no dia dos eventos, encontrava-se afastado em viagem aos EUA. Em que pese seu afastamento, o Secretário Adjunto narra em seu depoimento que, uma vez ocorrida a invasão do prédio do Congresso Nacional, o Secretário entrou em contato com ele e “disse pra não deixar invadir o Supremo”.

Além disso, na sexta-feira, dia 06/01/2023, pela manhã, ANDERSON TORRES participou de uma reunião junto com o próprio FERNANDO, com a coronel CÍNTIA e com o general DUTRA para tratar da desocupação do acampamento do Quartel General, colocando-se à disposição para proceder o referido esvaziamento a qualquer tempo. Lembrou que a PMDF já tentara desocupar a mobilização por 3 vezes, sem sucesso, por motivos alheios às forças de segurança do DF.

Por fim, conforme informações do Governador IBANEIS ROCHA, ao convidar o ex-Secretário para o cargo, no início de dezembro, ANDERSON TORRES lhe informou sobre

uma viagem de férias, já adiada, que faria com a família aos EUA, sem precisar a data. Tal viagem ocorreu no final de semana das manifestações e a confirmação das datas com tal antecedência podem confirmar a ausência de premeditação na ocorrência dos fatos.

- FERNANDO DE SOUZA OLIVEIRA - Secretário Adjunto de Segurança Pública do DF no dia 08/01/2023

O ex-Secretário Adjunto encontrava-se no cargo desde o dia 03 de janeiro de 2022 e, conforme consta em sua oitiva, sequer houve tempo de conhecer os responsáveis pelas diversas áreas da Segurança Pública do DF. Em razão da ausência do titular, estava na titularidade na data dos eventos.

O Governador do DF, IBANEIS ROCHA, afirmou em seu depoimento que manteve contato com FERNANDO no sábado e no domingo, e que este repassava as informações sobre a situação do QG do exército, a chegada dos ônibus e o acompanhamento da inteligência da PM e da SSP. No domingo FERNANDO também relatou a situação detalhada para o Governador, o que demonstra seu intuito de não omitir informações, de manter a autoridade superior ciente da situação, bem como demonstra que estava atuando ativamente para obter dados atualizados sobre as manifestações.

- CORONEL FÁBIO AUGUSTO – Comandante-Geral da PMDF no dia 08/01/2023

Em relação ao então Comandante-Geral da PM, coronel FÁBIO AUGUSTO, verifica-se que ele atuou ativamente no enfrentamento dos invasores da sede do Congresso Nacional.

De acordo com a coronel CÍNTIA, Subsecretária de Operações Integradas da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, no sábado pela manhã o Comandante-Geral da PM, solicitou à declarante que fosse providenciada o apoio do Detran para a mudança das barreiras de concreto, deslocando-as para o meio da via, em frente ao Itamaraty, com o fim

517260320

de dar maior proteção à Praça dos Três Poderes.

A Coronel esclareceu ainda que, embora o Comandante-Geral da PM não tenha demandas operacionais, o coronel FÁBIO, que estava no domingo na esplanada, ficou preocupado com o efetivo da PM e ligou para o departamento de operações no intuito de cobrar a tropa de choque, a cavalaria, tropas especializadas e equipamento exoesqueleto da linha de contenção.

Durante o confronto no dia 08/01/2023, chegou a notícia para a coronel de que o coronel Fábio havia sido ferido e, ainda assim, o mesmo foi para o STF pelos fundos e conseguiu recuperar veículos que tinham sido roubados, um crucifixo das mãos de um manifestante – entregando-o ao servidor Hipólito, policial do STF, e dirigiu-se para reforçar a retomada da Esplanada.

Também pelo depoimento do coronel PAULO JOSÉ FERREIRA DE SOUSA BEZERRA, do Departamento de Operações da Polícia Militar do Distrito Federal, é possível verificar que o Comandante-Geral da PM, FÁBIO AUGUSTO, estava de fato preocupado com os eventos do dia 8/1 e quis colocar um maior efetivo da PM na esplanada.

De acordo com o coronel PAULO JOSÉ, no sábado a noite o coronel FÁBIO AUGUSTO pediu ao declarante que fosse feito contato com o departamento de ensino para serem empregados 200 policiais militares do curso de formação para o policiamento do domingo. O coronel FÁBIO AUGUSTO também pediu para que o coronel PAULO JOSÉ deixasse em condições de acionamento 2 companhias operacionais, que ficariam de sobreaviso. Isso porque ele não sabia se as pessoas desceriam, mas se descessem seria necessário acionar as 2 companhias.

O chefe do DOP aduziu ainda que o Comandante-Geral, FÁBIO AUGUSTO, por volta de 11:15 h do domingo solicitou uma companhia para ser empregada às 13 h na esplanada dos ministérios. Posteriormente, ele solicitou também o acionamento do “centurion”, do BPchoque e do choque montado.

Nos depoimentos da Coronel CÍNTIA, do coronel PAULO JOSÉ e do major FLÁVIO ALENCAR tem-se a informação de que o Comandante-Geral da PM, coronel FÁBIO AUGUSTO, atuou ativamente no combate aos invasores dentro do Congresso Nacional.

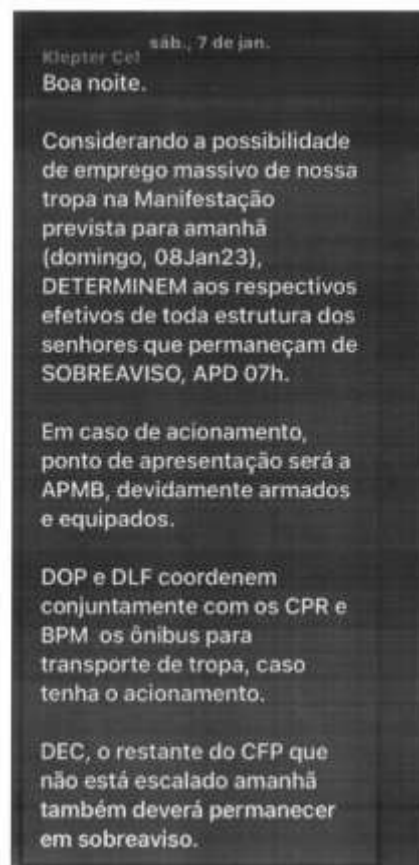
Ainda, nenhuma diligência realizada até o momento demonstrou que o então

Comandante-Geral da PM tinha informações sobre o caráter violento dos manifestantes e que tenha se omitido na prevenção dos crimes.

- KLEPTER ROSA GONÇALVES – Subcomandante-Geral da PMDF no dia 08/01/2023

Da análise dos autos, não é possível verificar nenhuma ação ou omissão dolosa do coronel KLEPTER ROSA, ex-Subcomandante-Geral da PMDF, que tenha tido por intuito facilitar as invasões aos prédios sedes do três Poderes da República no dia 08/01/2023.

A coronel CÍNTIA apresentou cópia da mensagem enviada pelo Subcomandante-Geral que determinou que os policiais ficassem de sobreaviso no dia 08/01/2023 (PR-DF-00008746/2023):



Em que pese não ter sido determinado ao efetivo da polícia que ficassem de prontidão no quartel, mas sim de sobreaviso em suas casas, entende-se que tal medida foi razoável diante das informações que se tinha até então acerca do caráter não violento da

517260820

manifestação.

Além disso, constam do Depoimento do próprio Coronel, como de outros componentes da PMDF, que o mesmo atuou no sentido de viabilizar um maior número de policiais para o evento e na rápida preparação e apresentação dos mesmos, uma vez verificada a invasão dos prédios públicos.

- JORGE EDUARDO NAIME – Chefe do DOP

O Coronel Naime encontrava-se afastado das funções no dia 08 de janeiro de 2023, sendo substituído pelo Coronel PAULO JOSÉ FERREIRA. O Coronel Naime ainda não fora ouvido, uma vez que encontra-se preso.

- PAULO JOSÉ FERREIRA DE SOUSA BEZERRA - Subchefe do Departamento de Operações da PMDF (DOP)

Dos depoimentos da Coronel CÍNTIA, do então Comandante-Geral da PM, Coronel FÁBIO AUGUSTO, e do então Subcomandante-Geral da PM, Coronel KLEPTER ROSA, é possível identificar que a atribuição principal para detalhar o Plano de Ações Integradas da SSP (PAI) e empregar o efetivo policial no dia da manifestação seria do Departamento de Operações da PMDF (DOP).

Referido Departamento fora chefiado pelo então Subchefe do DOP, Coronel PAULO JOSÉ, visto que o chefe do departamento, Coronel Naime, estava de licença na semana do dia 08/01/2023.

Ao receber o PAI, o Coronel PAULO JOSÉ apenas o encaminhou aos Comandantes do 1º CPR, 2º CPR, CPME e CPTRAN para que adotassem as providências pertinentes à PMDF:



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL
Departamento de Operações
Subchefia de Operações

Circular n.º 13/2023 - PMDF/DOP/SO

Brasília-DF, 06 de janeiro de 2023

Aos Senhores
Comandantes do 1º CPR, 2º CPR, CPME e CPTRAN
Polícia Militar do Distrito Federal
Brasília-DF

Assunto: PROTOCOLO DE AÇÕES INTEGRADAS nº 02/2023

Referência: Documento nº 103272690

Senhores Comandantes,

Com os cumprimentos de estilo e de ordem do Chefe do Departamento de Operações, solicito atentar para as providências pertinentes à Polícia Militar do DF estabelecidas no Protocolo de Ações Integradas acima referenciado, para a possível realização de manifestações públicas nos dias 07, 08 e 09 de janeiro de 2023.

Atenciosamente,

Assinado Eletronicamente

PAULO JOSÉ FERREIRA DE SOUZA BEZERRA - CEL QOPM
Chefe em exercício do Departamento de Operações

Assim, não se verifica a realização pelo DOP do plano de operações ou ordem de serviço, apontando o quantitativo policial a ser empregado, de quais batalhões seriam e quais as polícias especializadas atuarão no dia, o que prejudicou a organização das forças de segurança do DF.

Aqui identifica-se uma falha que contribuiu com a ineficiência da Polícia Militar do Distrito Federal em impedir as invasões e depredações aos prédios públicos.

As razões trazidas pelo Coronel, contudo, afastam a existência de uma conduta intencional - indispensável na verificação do ato de improbidade – com o intuito de contribuir com os atos criminosos. Isso porque, até o momento, não fora identificado documento oficial com uma precisa e firme análise de risco dos fatos que ocorreriam no dia 08/01/2023, detectando o seu caráter violento, e que tenha sido encaminhado à Polícia Militar para planejamento prévio.

O ponto em comum ao se analisar os depoimentos prestados no bojo deste inquérito civil é que o ânimo previsto da manifestação era pacífico e não se tinha ciência prévia

do intuito dos manifestantes de invadirem os prédios público e muito menos que estariam equipados para a empreitada criminosa.

Em seu depoimento, o coronel PAULO JOSÉ informou que o DOP é o responsável pelo planejamento de grandes eventos e que pelas informações que se tinha até então não seria um grande evento, a estimativa de público era em torno de 5 mil pessoas, o que estava previsto dentro das hipóteses do “plano de operação – manifestações”.

Logo, tem-se que a desorganização da Polícia Militar e a ausência de efetivo suficiente no dia 08/01/2023 para reprimir as invasões ocorridas poderia ser suprida pela elaboração do plano de operações ou ordem de serviço do DOP.

- MARCELO CASIMIRO VASCONCELOS RODRIGUES - Ex-Comandante do 1º Comando de Policiamento Regional da PMDF no dia 08/01/2023

Segundo os depoimentos colhidos, também haveria falhas no comando da operação que, embora estivesse a cargo do Major Flavio, tinha como autoridade superior a ele, o Coronel Casimiro. Algumas medidas, boa parte delas já identificadas e informadas, poderiam ser adotadas pela presente autoridade, em especial, no contato com o DOP e no preparo dos policiais presentes em campo.

Contudo, da mesma forma que o Coronel Paulo José, então responsável pelo DOP, não vislumbramos a ocorrência de ato doloso que implique em responsabilização do agente por improbidade administrativa.

De acordo com o depoimento do coronel PAULO JOSÉ, no final do dia 05/01 o coronel CASIMIRO, solicitou ao DOP, em razão das prováveis manifestações, apoio policial do CPTran, BPchoque em condições de acionamento e Rotam, para atuarem na área central de Brasília, para os dias 6, 7 e 8, conforme ofício nº 11/2023:

Senhor

PAULO JOSÉ FERREIRA DE SOUSA BEZERRA - CEL QOPM

Chefe do Departamento de Operações em Exercício

Brasília - DF

Assunto: Pedido de Apoio

Senhor Chefe,

Ao tempo em que lhe saúdo cordialmente, solicito apoio policial do CPTRAN, BPCHOQUE (em condições de acionamento) e ROTAM para atuarem na área central de Brasília em razão de prováveis manifestações e possíveis bloqueios de via, ademais deixar o BPCHOQUE em condições de ser acionado dia 06, 07 e 08 de janeiro :

Data: 06 de Janeiro de 2023 (ROTAM e CPTRAN/ BPCHOQUE mediante acionamento)

Horário: 07h às 23h

Local: Área Central de Brasília.

Além disso, informo que serão empregados no dia 06/01 o GPE + 03 VTRs de SVG de 07h às 15h e de 15h às 23h do 6º BPM mais as viaturas do ordinário, ordem de serviço do 1º CPR Nº 2023.10029.0000005.

No dia 07 e 08 de janeiro temos 09 viaturas de GTOPs em SVG de 08h00 as 16h00 em patrulhamento tático no 1º CPR em condições de acionamento, GPE e mais as viaturas do ordinário do 6º BPM e demais unidades, ordem de serviço nº Nº 2023.10029.0000004. Vale ressaltar a importância de **ter o SVG do DOP em policiamento** e em condições de acionamento para esses dias. Contudo caso tenha novas informações até dia 06/01/2022 o planejamento poderá ser mudado.

Atenciosamente,

MARCELO CASIMIRO VASCONCELOS RODRIGUES - CEL QOPM

Comandante do 1º CPR / PMDF

Assim, ainda que tenha havido equívoco de avaliação, inexistente indício de que a ausência de planejamento tenha se dado de modo intencional pelo coronel CASIMIRO.

- CARLOS FEITOSA - Secretário de Segurança e Coordenação Presidencial no dia 08/01/2023

O General CARLOS FEITOSA exercia o cargo de Secretário de Segurança e Coordenação Presidencial do GSI – Presidência da República, na data dos fatos, sendo o responsável pela segurança do Palácio do Planalto, Palácio da Alvorada, Palácio do Jaburu, Granja do Torto, além da segurança do próprio Presidente da República, que encontrava-se em viagem.

Conforme sua oitiva, nenhuma informação fora repassada ao mesmo acerca da natureza violenta das manifestações do fim de semana do dia 08 de janeiro. Por essa razão, a rotina de guarda dos prédios públicos, e do Palácio do Planalto, em específico, restaram inalterados, ou seja, mantidas em seus números de rotina.

O General encontrava-se em casa, organizando e preparando a segurança da viagem presidencial, posto que houve alteração do roteiro previamente acordado (o Presidente Lula alterou a viagem no Estado de São Paulo, decidindo deslocar-se a Araraquara-SP). Informado acerca da invasão dos prédios públicos dirigiu-se ao Palácio e, em companhia de outros servidores da segurança, adotaram as medidas que lhe estavam ao alcance para minimizar os prejuízos e retomar o prédio.

Verifica-se, ainda, pelo seu depoimento que a secretaria que titularizava não costuma receber informações diretamente da Abin sobre eventos em Brasília. As informações fornecidas a ele pela Abin são referentes a locais em que o presidente visitará.

Ademais, tem-se que para a proteção dos prédios sedes dos três Poderes em eventos maiores é necessário que a Polícia Militar possua uma atuação efetiva na contenção de manifestantes que tentem invadir edifícios.

Dessa forma, inexistem nos autos indícios de qualquer ato de improbidade administrativa do então Secretário de Segurança e Coordenação Presidencial.

IV- Considerações sobre os fatos:

Em que pese ainda haver diligências pendentes de realização, o que se analisa até o momento é que os órgãos de segurança envolvidos no planejamento para as possíveis manifestações que ocorreriam no dia 08/01/2023 não tinham total ciência do caráter violento de parte dos manifestantes.

Minutos antes da invasão, quando houve o rompimento da linha de contenção disposta na Alameda das Bandeiras, é que foi identificado que vários invasores estavam fortemente armados e preparados para o confronto, com indícios inclusive de terem “*treinamento militar*”, não sendo o mesmo perfil de pessoas que ocupavam os acampamentos em frente ao exército nos meses anteriores aos fatos, conforme relatos de testemunhas ouvidas.

517260820

Embora seja possível apontar alguma falha no serviço de inteligência dos órgãos de segurança pública ou algum erro no fluxo de informações, não se verifica, até então, uma conduta intencional de algum agente de facilitar os atos criminosos.

No dia 6/1/2023 pela manhã, data em que ocorreu a reunião para elaboração do Plano de Ações Integradas na Secretaria de Segurança Pública do DF, com a presença de representantes de vários órgãos públicos, sobre os possíveis eventos do próximo final de semana, além de não terem informações sobre o dia certo para ocorrerem, não se tinham dados acerca de alta adesão de participantes. Logo, a manifestação foi tratada como algo pequeno, até porque os acampamentos em frente ao exército ao longo de todo o país já contavam com um número reduzido de participantes, quando comparado com a ocupação dos meses anteriores.

Além disso, o evento considerado de maior sensibilidade, qual seja, a posse do presidente da República Luís Inácio Lula da Silva, ocorreu uma semana antes, com um público maior de participantes e sem maiores intercorrências, o que demonstra que o planejamento dos órgãos de segurança pública do DF foi eficiente.

Revela-se que a preocupação com a posse presidencial era grande quando se obtém a informação de que as férias e afastamentos dos policiais militares foram suspensas até a data da posse, o que ocasionou uma diminuição do efetivo disponível na primeira semana de janeiro, quando os policiais puderam gozar de suas licenças.

Por fim, as estruturas de segurança dos prédios públicos federais são, isoladamente, insuficientes para fazer frente a manifestações ou ataques, como o que ocorreu em 08 de janeiro de 2023. A atribuição de cada prédio, Senado, Câmara dos Deputados, STF e Palácio do Planalto (salvo este último, pela possibilidade de arregimentar as Forças Armadas) de manter a segurança patrimonial depende, inafastavelmente, dos trabalhos de contenção e organização da PMDF. Tendo havido falha na primeira, as invasões foram inevitáveis, sem que pudéssemos apontar, sequer em tese, participação dolosa das polícias legislativas e judiciária.

Tal o momento da presente investigação, parece-nos dispensável o sigilo destes autos, sendo possível levantá-lo, visto que a maior parte das oitivas já ocorreram e os documentos já estão consignados. Devemos fazer exceção diante da necessidade de manutenção de sigilo das respostas da Abin e do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, pois se tratam de informações e documentos sobre as atividades e assuntos de inteligência produzidos pelos órgãos, sendo de interesse público a preservação da

publicidade dos dados e forma de atuação dos órgãos.

V- Conclusão:

Por todo exposto:

a) Aguarde-se o agendamento da oitiva de JORGE EDUARDO NAIME e de ANDERSON TORRES, cujo pedido foi encaminhado à PGR para envio ao Ministro Alexandre de Moraes;

b) Expeça-se ofício ao GSI, em referência ao Ofício nº 7/2023/JUR/ASS/SE/GSI/PR, com cópia deste despacho, solicitando que esclareça:

- b.1) quais foram os órgãos destinatários dos alertas emitidos desde o dia 6/1/2023 sobre o risco de ações violentas;
- b.2) quais órgãos compunham os destinatários dos grupos “CIE”, “CIM”, “AID/MD”, “DINT/SEOPI”, “MINFRA”;
- b.3) de que forma as informações chegavam a esses grupos;
- b.4) se há comprovação de recebimento dos alertas pelos integrantes desses grupos;
- b.5) quem eram os agentes públicos responsáveis por receber o alerta sobre a violência dos atos desde 6/1/2023;
- b.6) quais órgãos compõem o Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN), desde quando foram encaminhados alertas para esse sistema sobre o intuito violento dos atos, quais foram os agentes que receberam esses alertas, se há comprovação do recebimento do alerta e se os responsáveis pelo recebimento foram acionados por outro modo mais célere acerca do envio e do teor do alerta enviado pela Abin;

c) Expeça-se ofício ao Procurador-Geral da República encaminhando as provas produzidas até então no presente inquérito civil para que avalie se podem auxiliar nos processos e procedimentos que estão sob sua condução.

Na oportunidade, solicitar que seja requerido ao Supremo Tribunal Federal e ao Superior Tribunal de Justiça o compartilhamento das provas carreadas aos autos criminais em curso naqueles tribunais que tratam da participação de autoridades públicas nos atos

criminosos de invasões e depredações às sedes dos três Poderes da República ocorridos em Brasília no dia 08 de janeiro de 2023;

d) Retire-se o sigilo dos presentes autos, mantendo-se como confidencial apenas os documentos enviados pela Abin e pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

Brasília, registro de data na assinatura eletrônica.

CARLOS HENRIQUE MARTINS LIMA

PROCURADOR DA REPÚBLICA

517260820